Eu fiz também como vereador a lei da plantação de árvores frutíferas. Parece que é uma bobagem, mas é uma lei muito importante, que traz o equilíbrio da cadeia ecológica, fazendo com que os pássaros voltem à nossa cidade, à Grande São Paulo e a outras cidades maiores.

Isso faz com que os pássaros, que são predadores dos cupins, possam fazer o equilíbrio ecológico que não temos. Os cupins se proliferam porque os pássaros foram embora, pois não há árvores frutíferas. Eles corroem pilares de concreto, árvores, nossos telhados, portas e móveis, dando um prejuízo imenso.

Na época da chuva, as árvores desabam sobre os carros, desabam sobre a rede elétrica, danificando e fazendo com que haja apagões, falta de eletricidade, que é tão importante.

Quero fazer uma proposta a esta Casa, mais um projeto de lei complementar. Além dos pisos drenantes, além da plantação de árvores frutíferas. O projeto de plantação de árvores frutíferas foi vetado pelo então prefeito, Mário Covas, e foi sancionado pelo prefeito Jânio Quadros.

O Mário Covas, ao tornar-se governador, reconheceu o erro e fez nas marginais na cidade de São Paulo o "Projeto Pomar", junto com o "Jornal da Tarde", do Grupo Estado, fazendo com que fossem plantadas árvores frutíferas nas marginais. Vetou como prefeito, mas aprovou como vereador o projeto. Hoje existem árvores frutíferas na Av. Tancredo Neves, aqui no encontro da Imigrantes com a Bandeirantes e em outros locais públicos.

Minha proposta é que nós possamos resevar um espaço, que é ocupado pelas árvores e pelos postes, fazendo aquela fila de milhares de quilômetros em todas as cidades, quer seja na Grande São Paulo, como em Itatiba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Suzano. Isso fará com que milhares de quilômetros quadrados sejam ocupados por grama e pedriscos e possam despermeabilizar o solo nessa fileira de postes elétricos e de árvores que ficam na calçada, não prejudicando o pedestre e muito menos o leito carroçável.

Essa é minha proposta. Se Deus quiser, que possamos aprovar nesta Casa e fazer com que as 645 cidades deste Estado possam adotar, fazendo com que aquela fileira de postes e árvores também tenha as gramas, os pedriscos e o piso drenante, que pode absorver água pluvial, evitando tantas mortes, tantos desabamentos, tanto infortúnio e prejuízo, principalmente à população mais carente. E nós ficamos engarrafados no trânsito, com essas enchentes que acontecem não apenas na cidade de São Paulo, mas também no Grande ABC e na Grande São Paulo.

Termino minha fala dizendo que sou um sonhador. Sonho com a tolerância zero, para que possamos diminuir a violência nesta cidade. Sonho com a possibilidade de minorarmos as enchentes em São Paulo e em outras cidades, implementando, cada vez mais, os pisos drenantes. E torço para que possamos sair desta crise política, econômica e social tão grave que assola o território nacional.

Muito obrigado.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ TURCO - PT - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba pelo Art. 82, pela liderança do PT.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, gostaria muito que o deputado Luiz Fernando Machado tivesse se mantido neste plenário, pois ele disse algumas coisas aqui... Julgo que o deputado Luiz Fernando Machado - e não estou pessoalizando - tenha sido muito infeliz. Se V. Exa. estiver em seu gabinete, espero que esteja me ouvindo ou assistindo.

Vossa Excelência foi muito infeliz. Começou dizendo que nós falamos no deputado Coronel Telhada porque ele não está aqui. Na terça-feira, falei do Coronel Telhada e ele estava em pé aqui, no microfone, na minha frente. Então, o deputado Luiz Fernando Machado não está sendo tão lógico como se propõe a ser.

Deputado Luiz Fernando Machado, o deputado João Paulo Rillo, quando se referiu à corrupção, referia-se à corrupção no estado de São Paulo. No grampo, foi pego o chefe da Casa Civil, um assessor do chefe da Casa Civil, o Luiz Moita, falando de propina.

Eu fiz amizade com V. Exa. e respeito muito isso, deputado Luiz Fernando Machado, do PSDB. O deputado João Paulo Rillo, quando se refere à questão da corrupção, refere-se à corrupção do trensalão, à corrupção do cartel do Metrô e da CPTM. Houve um pedido de sigilo por 50 anos dos boletins de ocorrência da Polícia Militar do Estado de São Paulo, embora o governador tenha recuado. Houve um pedido de sigilo por 15 anos na questão da Sabesp; qual é o problema que existe na Sabesp? Houve o pedido de sigilo por 25 anos na questão da CPTM e dos metrôs. Isso significa que pode ter muita coisa escondida.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

* * *

Para que aqueles que estão nos acompanhando saibam, esta Casa pode funcionar com cinco CPIs por ano. Porém, havendo acordo de Plenário, pode funcionar também uma sexta CPI. Isso é constitucional. Isso é resolução do Conselho Nacional de Justiça. Só podem funcionar cinco CPIs, mas, havendo acordo de Plenário, pode funcionar também uma sexta. Isso é resolução do Conselho Nacional de Justiça, e os estados têm de seguir. O que não estamos entendendo até agora - que a bancada do PSDB, que a bancada do PPS, que a bancada do DEM, com a sua base aliada do governador - é que sejam contra a instalação da CPI. Venham então aqui e digam que são contra. Vossas Excelências não falam que são contra! Subam aqui e digam que não vai ter CPI porque são a maioria na Casa. Vossas Excelências são 75 na base de apoio. Mas subam e digam!

Não se poste de moralista, deputado Luiz Fernando Machado. A sua fala foi muito estranha, querendo colocar na conta do deputado João Paulo Rillo de que ele começou a puxar o debate. Quando fizemos debate na terça-feira, o Coronel Telhada estava presente. Quem fez o debate sem a nossa presença aqui foi o Coronel Telhada, que atacou o Partido dos Trabalhadores, os deputados do PT. Por isso, assomamos à tribuna para responder ao deputado Coronel Telhada, e eu aqui assomei não só para ser solidário ao deputado João Paulo Rillo, mas para defender a bancada do Partido dos Trabalhadores, para defender as instituições sociais. Quando o deputado propõe uma CPI para investigar os movimentos sociais, é um ataque ao direito à democracia e ao direito de organização.

Deputado Luiz Fernando Machado, a quem respeito muito, e V. Exa. conhece o respeito com que tenho tratado a todos os partidos desta Casa, e da defesa que faço das instituições. Vossa Excelência não viu até agora nenhum deputado do PT assomar à tribuna e dizer que ninguém pode ser investigado. Estamos dizendo que tem de ser investigado, mas dentro da ordem da lei e de cada responsável por cada investigação: Ministério Público do Estado de São Paulo, Ministério Público Federal ou Supremo Tribunal Federal. Ninguém jamais viu assomarmos à tribuna e falar que ninguém pode ser investigado. E desde que estamos falando da CPI da merenda, jamais atacamos o nome do presidente desta Casa. Dissemos que o problema era seu, dentro da Casa Civil: Sr. Edson Aparecido, Sr. Eduardo Murtinho, secretário de Educação. É ali que começa a CPI da merenda, a investigação. E se V. Exas. da base aliada têm tanta confiança assim, que assomem à tribuna e digam que não terá CPI. Venham instalar a CPI para que se possa apurar, inclusive para limpar logo o nome do presidente desta Casa e comprovar que não tem problema, conforme citado pela imprensa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários, venho neste momento para sair um pouco desse Flamengo e Fluminense, que é a briga entre o PT e o PSDB. Já vimos no domingo, já ouvimos hoje, e estamos a par da fita gravada em Brasília, do ministro Mercadante. O que venho aqui fazer é um apelo à presidente Dilma, ao ministro Nelson Barbosa, que o dinheiro seja liberado para as prefeituras. Estava ouvindo agora a CBN: o prefeito Fernando Haddad está com milhares de alunos fora da escola. Isso porque ele está reclamando do Fundo de Participação dos Municípios, do dinheiro da Educação. Assim como a minha cidade, onde o meu filho é prefeito, reclama também que não tem recebido o repasse nem do governo estadual, nem do governo federal. Todo o dinheiro está sendo gasto em dois segmentos, duas instituições do governo. Primeiro: o pagamento da dívida interna, 400 bilhões - um bilhão por dia. O segundo é o dinheiro do BNDES. São 250, 300 bilhões por ano. Se multiplicar isso por dez anos, são cinco, seis ou sete trilhões de reais que fazem com que a população se empobreça, a criminalidade aumente e as nossas crianças não tenham uma merenda de qualidade, uma escola de qualidade, uma saúde de qualidade.

Nobre deputado Carlos Giannazi, V. Exa. que é um brilhante deputado na defesa da coisa pública do estado de São Paulo, as mães do Brasil afora estão, na hora da dor do parto, sentadas em uma cadeira de hospital. Mais de 100 hospitais foram fechados no Brasil nesses últimos dois anos. Enquanto isso estamos pagando um bilhão por dia de juros aos banqueiros e milionários - a elite branca.

A elite branca não estava ontem na manifestação. Ela estava no ar condicionado assistindo à GloboNews. Estava lá a classe média que não tem onde gastar. A elite branca é o Sr. Leo Pinheiro, o Sr. Marcelo Odebrecht, o dono do Bradesco, o dono do Itaú, que ganharam 23 bilhões no ano passado em juros da classe média, dos operários, dos trabalhadores, do cheque especial, enfim.

Faço um apelo para que se libere dinheiro aos municípios. Ninguém mora na União, ninguém mora no Estado. O povo mora na cidade, na vila, na periferia, nos bairros. Os bairros estão detonados em São Paulo, em Marília, em Bauru, em Campinas, onde reside a deputada Célia Leão, porque não têm recursos. Não há dinheiro do FPM nem do ICMS. Enquanto isso, troca ministro, entra ministro, sai o Levi, entra o Barbosa. Há poucos instantes o IBGE deu um índice: o ano de 2015 teve 27% a mais de desemprego do que em 2014.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia, de volta a esta tribuna no dia de hoje, gostaria de registrar e saudar a presença dos servidores e servidoras da Defensoria Pública. Eles estão aqui reivindicando a imediata aprovação do Projeto de lei Complementar nº 58, de 2015, que trata do reajuste salarial dos servidores da Defensoria. Eles têm todo o nosso apoio.

Os representantes da associação estiveram há pouco no Colégio de Líderes fazendo um novo apelo para que a Assembleia Legislativa vote em caráter de urgência o projeto. Eles inclusive apresentaram uma alternativa de emenda aglutinativa, com a separação da proposta dos defensores. Isso é possível do ponto de vista jurídica e do ponto de vista técnico. Basta haver um acordo entre as lideranças e o presidente Fernando Capez. Da nossa parte estamos fazendo todo o esforço para que o projeto seja aprovado imediatamente.

Não tem sentido o que está acontecendo com os servidores da Defensoria, que estão privados do reajuste salarial. Que haja pelo menos a correção das perdas inflacionárias. Espero que haja aqui uma gestão da Assembleia Legislativa no sentido de que possamos votar ainda nesta semana o PLC 58/15.

Aproveito também para reivindicar a aprovação imediata do PLC 64/15, que trata dos servidores do Ministério Público. É um projeto importante e está parado. Ele é estratégico para a carreira dos servidores. Historicamente votamos projetos para a magistratura, para os procuradores, promotores e defensores, mas a Assembleia tem marginalizado os servidores do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública e também do Ministério Público. Fica o nosso apelo para o PL nº 64.

Por fim, não posso deixar de registrar a nossa indignação, a nossa perplexidade com a obstrução que está acontecendo na Assembleia Legislativa. Nós não conseguimos instalar a CPI da Máfia da Merenda Escolar, porque há obstrução, o Governo não permite que os deputados assinem o requerimento.

Nós ficamos perplexos também porque hoje, na Comissão de Educação, houve uma obstrução na votação dos requerimentos que convocam tanto o secretário estadual da Educação quanto o ex-chefe de gabinete, Fernando Padula, para depor aqui e explicar a questão do desvio da merenda escolar, da merenda seca que está sendo distribuída hoje na rede estadual de ensino.

A obstrução aqui é total. Nós não conseguimos instalar CPIs, não conseguimos convocar secretários, ex-chefes de gabinete. O Estado tem várias denúncias de corrupção, várias máfias estão se apoderando do dinheiro público do orçamento estadual: a máfia da merenda escolar, o trensalão, as várias denúncias sobre a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, a Sabesp, o Metrô, a CPTM.

A Assembleia Legislativa está blindando o Governo, o tempo todo. O Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa estão cumprindo o papel de obstruir qualquer tipo de investigação. Quero denunciar isso. Na Comissão de Educação, hoje, houve mais uma obstrução do Governo para que o secretário da Educação não fosse convocado, nem o ex-chefe de gabinete do secretário anterior, que está envolvido nas gravíssimas denúncias da Máfia da Merenda Escolar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso I, alínea "r", da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1.369, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos. Com 5 emendas. Parecer nº 1692, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com substitutivo e contrário às emendas. (Art. 26 da Constituição do Estado).

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero fazer um breve histórico. Desde quando eu assumi o mandato, em 15 de março de 2011, passei a ser um defensor, um militante de uma Defensoria Pública forte no estado de São Paulo. Felizmente, muitos projetos fortaleceram a carreira dos defensores. Ainda há muito que fazer. É necessário aumentar o número de defensores públicos no estado de São Paulo.

No entanto, Sr. Presidente, até por princípio e por história de luta política, quero dizer que nós devemos ter uma prioridade neste momento, a prioridade de conseguir olhar para os servidores da Defensoria, que fazem o atendimento de primeira mão com o cidadão que não tem condição de pagar uma defesa particular, que organizam o atendimento, ajudam a organizar os processos, ajudam o defensor público a ter êxito nas ações, que estão aqui, na galeria, agora, reivindicando a aprovação de um projeto de lei.

Ainda conversava com o líder do PSDB, deputado Carlão Pignatari, que é autor de uma emenda que os prestigia. Ela não foi aprovada na Comissão de Finanças por uma questão técnica, por entendimento de que é necessária uma aglutinativa para resolver. Não só a minha solidariedade, mas o meu apoio e o meu pedido para que olhemos para o servidor da Defensoria. Uma Defensoria forte não se faz apenas com defensores valorizados, mas, principalmente, com servidores da Defensoria também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado pelo Art. 82, pela liderança do PTB.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero manifestar aqui meu apoio total e incondicional aos servidores da Defensoria Pública, que foram utilizados pelos defensores públicos, que têm um teto de 18 mil reais e embutiram uma pretensão justa, a dos funcionários, junto com a pretensão injusta deles.

Nós, da bancada do PTB, queremos encontrar, de qualquer maneira - disse fora e digo agora da tribuna -, uma solução que possa fazer justiça. Sobre a Defensoria Pública, entrei com uma representação no Ministério Público, recebi ontem a resposta de que foi instalado o inquérito civil público contra a cúpula da Defensoria Pública.

Inventei? Fui eu que emiti o parecer ao Tribunal de Contas do Estado? Não. Mas, escudando-se em funcionários humildes e simples, tentando manipular esta Casa, mandaram uma mensagem que ainda está sub judice, se é constitucional ou não no STF, querendo aumentar seus proventos, manipulando, injustiçando os defensores da Defensoria.

Esses sim merecem nossos olhares, merecem que esta Casa se debruce para encontrar uma alternativa justa para eles, esses sim. Gente humilde. Não vejo os engravatados que aqui vêm defender o indefensável, fazer congresso em hotéis à beira mar, com diárias de 2600 reais. E para discutir o quê? O aumento deles?

Lei orgânica da Defensoria Pública: a cada dez quilômetros percorridos recebem mil reais. Isso é correto? Isso é justo? E as gratificações escolhidas a dedo: "Você 3.000, você 2.500, você 4.000, você 3.000". E os funcionários?

O que dói, deputado Camarinha, é vermos há mais de um ano os servidores públicos da Defensoria aqui, pleiteando tranquilamente, serenamente, que lhes seja feita justiça. Enquanto isso os marajás já estão preparando o envio de outra mensagem.

Aí perguntam por que o Campos Machado é tão contrário à Defensoria Pública. Eu sou contra a locupletação ilícita. Os defensores públicos não olham para os seus servidores, desculpem senhores e senhoras, mas eles não olham. Eles olham só para a vida deles. Se forem no espelho e perguntarem: "Diga, espelho meu, tem alguém mais bonito do que eu?". E o espelho disse: "Não, doutor defensor".

É por isso que venho aqui hoje, para dizer o que acabei de colocar no Colégio de Líderes: nós precisamos encontrar rapidamente uma solução para esses servidores. Eles não podem ser utilizados como massa de manobra para aumentar os seus salários.

Os defensores públicos estão utilizando os senhores. Esta Casa não vai permitir, em nome da dignidade de 150 anos que esta Casa tem de história, de sensibilidade e de independência.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

"Requeiro, nos termos do Art. 84, I combinado com o Art. 85 da XV Consolidação do Regimento Interno, licença no período de 15 de março de 2016 a 23 de março de 2016, para empreender viagem à Itália, onde participarei do evento de Giaconia Central da Fraternidade de Comunhão e Libertação no Instituto Sacro Cuore de Milão, conforme convite oficial.

Esclareço, ainda, que esta viagem não acarretará ônus ao erário público.

Atenciosamente, Marcos Zerbini."

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.Convoco, ainda, V. Exas. para a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19h.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 07 minutos.

* * *

15 DE MARÇO DE 2016
3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e CÉLIA LEÃO
Secretários: WELSON GASPARINI e CORONEL CAMILO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 1369/15.
2 - JORGE CARUSO
Requer verificação de presença.
3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido e determina que seja feita a chamada de verificação de presença.
4 - CÉLIA LEÃO
Assume a Presidência.
5 - LECI BRANDÃO
Para comunicação, faz solicitação sobre como gostaria que fosse citado seu nome em plenário.
6 - CARLÃO PIGNATARI
Para comunicação, faz consideração sobre a fala da deputada Leci Brandão.
7 - PRESIDENTE CÉLIA LEÃO
Informa o resultado da chamada de verificação de presença, que constata quorum insuficiente para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, proposição em Regime de Urgência:

Discussão e votação - Projeto de lei nº 1369, de 2015, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos. Com 5 emendas. Parecer nº 1692, de 2015, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com substitutivo e contrário às emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Welson Gasparini e Coronel Camilo para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Célia Leão.

* * *

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Acabou a primeira chamada. Somente para contabilizar, quantos deputados foram chamados na primeira chamada, presidente?

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Por favor, secretário, quantos deputados responderam? Responderam 15 deputados, segundo a nossa secretaria.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Para entender: na verdade, para abrir a sessão precisa-se de um número mínimo de assinaturas. Quinze deputados responderam à chamada. Já não vejo os 15 aqui.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Mas é a primeira chamada. Temos ainda a segunda.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Hipoteticamente, no momento em que se constatar quorum com 24, os 24 têm que estar em plenário, correto?

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Certamente.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Muito obrigado.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Ao que me consta, o Regimento Interno solicita também que na chamada seja chamado "deputado" e o nome do deputado. Acho que não está sendo feito, mas seria importante que se fizesse.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Estaremos atentos para que seja chamado "deputado" e o nome do deputado, mas parece-me que foi assim que o deputado Welson os chamou. Estaremos atentos e agradecemos a manifestação de V. Exa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - O deputado Léo Oliveira estava presente, porém não está mais. Então, acho estranho registrar sua presença.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Deputado, só para explicar: por enquanto, estamos fazendo a segunda chamada de verificação de presença. Ao final, esta Presidência vai constatar ou não o quorum, e daremos ou não continuidade aos trabalhos. Vamos encerrar com a última chamada...

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Inclusive o quorum visual, certo, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - O quorum visual é no momento da votação. Quando do término da votação, o quorum visual deixa de existir, e vale o que está escrito na chamada. Se não for constatado quorum, é de V. Exa. ou de qualquer deputado desta Casa o direito de pedir novamente. Mas vale a chamada do nome, mesmo não estando presente. Vamos encerrar a chamada, e depois V. Exa. se manifesta. Muito obrigada.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - PARA COMUNICAÇÃO - Quero fazer uma pequena observação. Eu gostaria que, a partir de hoje, quando for feita a chamada e chegarem ao meu nome, fosse dito "deputada Leci Brandão". É um pedido que faço a V. Exa., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Deputada Leci Brandão, esta Presidência recebe a manifestação de V. Exa., tomará o cuidado, das próximas vezes, na chamada, e pede desculpas por não ter ficado atenta.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu sei que não é nada pessoal. Adoro o deputado Welson Gasparini. Tenho o maior respeito por S. Exa. e por todos desta Casa, mas, às vezes, até no Colégio de Líderes acontece. Dizem: "A Leci Brandão fez não sei o quê..." Quando se referem às outras deputadas, dizem "a deputada Fulana" e "a deputada Beltrana". Eu quero ser tratada de maneira exatamente igual.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Certamente, doravante, V. Exa. vai ser tratada desta forma.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Deputada Leci Brandão, eu entendo toda a reclamação que V. Exa. fez, mas o nome "Leci Brandão" é muito maior e mais conhecido do que o nome de qualquer deputado que nós temos nesta Casa. Então, pela força do hábito, isso acontece.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Deputado Carlão Pignatari, V. Exa. é um homem extremamente educado e gentil, mas, diante do que nós estamos passando no País, eu tenho que me colocar, porque V. Exa. sabe qual é o meu lado, qual é o meu posicionamento. Eu sou uma pessoa que respeita absolutamente todos os deputados desta Casa. Eu quero ser tratada como deputada, só isso.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Deputada, nós entendemos. É o mesmo sentimento, de amor e carinho.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Entretanto, concordo com a reclamação de V. Exa., sim. Muito bem, deputada. Perfeito. É que V. Exa. é ídolo de todos nós. Então, nós a vemos muito mais como a música, mas, realmente, tem razão. Muito obrigado, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Ainda farei um show nesta Casa para V. Exas., com certeza. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata a presença de 20 Sras. Deputadas e Srs. Deputados, número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Coronel Camilo e Welson Gasparini.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 23 minutos.

* * *

16 DE MARÇO DE 2016
29ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: ANALICE FERNANDES e JOOJI HATO
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES
Assume a Presidência e abre a sessão. Dá boas-vindas aos visitantes presentes nas galerias.
2 - CARLOS GIANNAZI
Transmite reclamação, feita por pais de alunos da rede pública à Comissão de Educação, acerca da recusa da Escola Buenos Aires em repor aulas de línguas estrangeiras que não foram dadas em 2015, por conta da falta de professores. Cobra solução para o problema. Acusa a administração do PSDB de autoritarismo.
3 - JOOJI HATO
Comenta as manifestações de 13/03. Defende medidas que, a seu ver, contribuiriam para a diminuição da violência. Discorre acerca do problema das drogas. Fala sobre as enchentes que atingiram o estado de São Paulo nos últimos meses. Cita projeto de lei, de sua autoria, que incentiva o uso de pisos drenantes.
4 - RAFAEL SILVA
Relata falecimento de garota, portadora de leucemia, que não teve oportunidade de se tratar com a fosfoetanolamina, substância que supostamente seria eficaz no combate ao câncer. Tece críticas ao governo estadual, que proibiu a produção e distribuição da pílula. Ressalta que a fosfoetanolamina foi usada por alguns pacientes por 20 anos.
5 - JOOJI HATO
Assume a Presidência.